

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DO CAMPO EM GOIÁS

Élio Garcia DUARTE¹

RESUMO

O estudo parte da constatação da existência, na atualidade, de um acirrada luta dos camponeses expropriados, pelo retorno à terra. Faz uma retrospectiva da organização dos trabalhadores rurais em Goiás, que se desenvolve paralelamente aos avanços do capitalismo no campo. Dessa forma, retorna aos anos 50, quando os efeitos da política de Vargas acentuaram as lutas pela terra em Goiás, provocando a gênese da organização dos trabalhadores do campo, através das Ligas Camponesas. Analisa também a reorganização desses trabalhadores, após a desarticulação sofrida com as mudanças políticas de 1964. Mostra que suas formas de organização não se restringiram ao sindicalismo oficial e que suas lutas evoluíram politicamente, exigindo não só a reforma agrária, mas também transformações sociais mais amplas.

Introdução

Ultimamente, a questão das ocupações de terra e dos assentamentos de reforma agrária tem estado presente, com muita frequência, nos noticiários da imprensa nacional. No entanto, geralmente é dada maior ênfase ao caráter de "invasão" de propriedade ou tem-se destacado a atuação dos órgãos governamentais na execução da "reforma agrária". Pouco se tem infor-

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás. Doutor em História Social pela USP.

mado sobre as raízes dessa questão e sobre a organização e a evolução dos movimentos sociais no campo. Mesmo os movimentos de resistência camponesa que tiveram uma repercussão maior são pouco abordados pela historiografia brasileira. Talvez porque se referem a manifestações de uma classe considerada "em extinção" e, portanto, "destituída de importância" para as transformações na sociedade. Como a produção camponesa no Brasil sempre foi marginal a outras formas de produção baseadas na grande lavoura, tornou-se comum tratar o camponês como um marginalizado econômica e socialmente, como um excluído da História. Dessa forma, na maioria das análises acadêmicas e nos debates políticos, os camponeses também têm sido excluídos, política e ideologicamente.

Nosso objetivo, neste trabalho, é analisar a trajetória dos movimentos sociais no campo, para compreender melhor as lutas recentes dos camponeses em Goiás. Por isso, para compararmos as formas de luta e de organização camponesas, fizemos uma retrospectiva das lutas no campo ocorridas em Goiás, desde os anos 50.

Nossa análise partiu da hipótese de que anteriormente as lutas camponesas eram conduzidas por entidades mediadoras com concepções estranhas ao trabalhador rural. Os mediadores procuravam falar pelos camponeses. Nas manifestações mais recentes, a partir dos anos 70, mesmo com o apoio de entidades mediadoras, os camponeses procuraram se organizar baseados em seus próprios valores culturais, reelaborados através do enfrentamento da dominação capitalista. Hoje, as ocupações de terra em Goiás constituem, portanto, manifestações concretas de uma consciência política dos camponeses, formada a partir da criação de novos valores culturais que foram forjados pelas contradições de classes, no embate com o capitalismo.

Os conflitos atuais

Nos últimos anos, as ocupações de propriedades impro-

dutivas em Goiás têm se multiplicado rapidamente. Dado ao completo controle do capital sobre a terra e à escassez de terras devolutas, não apossadas, para se expandir, Goiás não se constituiu mais em uma frente de expansão. Por isso, os camponeses sem terra procuram agora se organizar para ocuparem as propriedades improdutivas ou para fazerem acampamentos, a fim de pressionarem o governo a decretar a desapropriação de terras não exploradas e promover o assentamento das famílias que necessitam de terra para sua sobrevivência. Em vez de migrarem para a cidade ou para outras regiões mais distantes do país, como ocorria anteriormente, procuram ocupar a terra na região em que moram. Mais do que isso, aqueles que já foram expulsos da terra e vivem na periferia das cidades, procuram se organizar para voltar à terra. Dessa forma, estão recriando uma "fronteira interna".

Embora sejam ainda recentes, estas ocupações já se tornaram freqüentes e já são numerosas. Hoje já existe em Goiás mais de 150 Projetos de Assentamento, quase todos frutos de ocupações de terra. Até o ano de 1994, o Incra havia criado em Goiás apenas 21 Projetos de Assentamento. Após as pressões provocadas pelas ocupações, só no ano de 1995 foram criados mais vinte Assentamentos. A partir daí, as ocupações aumentaram significativamente, evidenciando a nova tendência na luta pela terra, assumida pelos trabalhadores rurais e suas entidades representativas (Duarte, 1999, p. 620/1). Segundo dados da CPT, em 1995, ocorreram no Estado 34 conflitos no campo, envolvendo 10.872 pessoas. A maioria desses conflitos foram questões de terra, com dez ocupações, que tiveram a participação de cerca de 800 famílias de trabalhadores rurais sem terra (CPT, 1995). Nos anos seguintes, o número de conflitos diminuiu, mas aumentou a quantidade de ocupações de terra. Em 1998, foram registrados pela CPT 27 conflitos de terra em Goiás, enquanto ocorreram 17 novas ocupações. A tendência das ocupações de terra no Brasil, nos últimos anos, também tem sido crescente. Em 1992, foram 81 ocupações, envolvendo 15.538

famílias; em 1995, o número subiu para 146 ocupações com 30.476 famílias e em 1998 chegou-se a um total de 599 ocupações feitas por 76.482 famílias de sem-terra (CPT, 1998).

Embora o movimento dos trabalhadores no campo hoje tenha características diferentes dos movimentos anteriores, que se pautavam principalmente pela luta de resistência nas poses, é preciso resgatar a importância dessas lutas anteriores para se chegar à atual organização dos trabalhadores.

Por isso, faremos um retrospecto dessas lutas, para mostrar como a organização dos trabalhadores evoluiu politicamente.

A gênese da organização dos trabalhadores no campo

A partir da Revolução de 1930, com o estabelecimento de uma política de interiorização, objetivando estender a fronteira econômica para as regiões menos desenvolvidas, o Governo Federal procurou incentivar a migração para ocupar os vazios demográficos, do Centro-Oeste até a Amazônia. Neste contexto da Marcha para o Oeste, política desenvolvida por Vargas a partir do final dos anos 30, Goiás recebeu excedentes populacionais de outras regiões do país. As Colônias Agrícolas, então implantadas, propiciaram o crescimento de pequenas propriedades familiares, mas não foram capazes de absorver todo o fluxo migratório atraído para a região e de atender as promessas de doação de terras feitas pelo governo. Com isso, grande parte dos imigrantes fixou-se nas grandes propriedades existentes no Estado. Observou-se, então, a permanência do campesinato quase que na mesma situação em que se encontrava e a reprodução, principalmente, de meeiros, parceiros e agregados. Porém, nas regiões mais ao norte do Estado, nas terras ainda devolutas, foi aumentando o número de posseiros.

A política desenvolvimentista, iniciada por Vargas, foi continuada pelos demais governos, proporcionando as condições de infra-estrutura básica, principalmente de transporte, com a abertura de novas estradas. Essa política deu continuaida-

de ao processo de ocupação das terras e da expansão da agricultura em Goiás, estreitando as ligações deste Estado com o capitalismo em nível nacional. Esse processo, porém, trouxe conseqüências importantes. Além de promover o aumento populacional e o crescimento da produção agrícola e pecuária, provocou também transformações na estrutura fundiária e nas relações de produção, nas diferentes regiões do Estado. Essas transformações resultaram em diversos conflitos sociais no campo.

A partir dos anos 50, nas áreas consideradas mercantis do sul do Estado, mais em contato com a economia do centro-sul do país, foi-se desenvolvendo uma tendência para a agricultura capitalista. Nessa região predominavam os estabelecimentos de tamanho médio (100/500 ha.) e a utilização de mão-de-obra assalariada, bem como as relações de parceria. No norte do Estado de Goiás, que naquela época incluía o atual Estado do Tocantins, predominavam os pequenos estabelecimentos (até 50 ha.) dirigidos, em sua maioria, por posseiros de terras devolutas ou particulares. As oportunidades de trabalho assalariado eram escassas. No centro norte do Estado, que hoje se situa nas imediações da atual fronteira dos Estados de Goiás e Tocantins, predominavam os grandes e médios estabelecimentos, com pouquíssimos empregados e parceiros. As terras eram ocupadas tanto por posseiros, que desenvolviam a pequena agricultura, quanto por proprietários, que se ocupavam basicamente da pecuária extensiva.

Com a valorização das terras, pela abertura de estradas e com as promessas de mudança da capital federal para Goiás, intensificaram-se os conflitos pela posse da terra.

Nesses conflitos foi importante a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, desde a década de 40, atuava em Goiás organizando os trabalhadores rurais, através da criação de ligas camponesas. A partir de 1945, com o clima de democratização que o país viveu, após a vitória dos aliados na 2ª Guerra Mundial, o PCB passou à legalidade e começou a desenvolver algumas ações efetivas no campo. Nessa época, os traba-

lhadores rurais estavam ainda privados de quase todos os direitos trabalhistas que eram assegurados aos trabalhadores urbanos. Mesmo que o Decreto-Lei 7.038, de 1944, tenha previsto o direito à sindicalização para os assalariados rurais, a organização sindical no meio rural ainda era problemática. Além de o campo envolver uma gama bastante diversificada de categorias de trabalhadores, a formação de sindicatos dependia do reconhecimento por parte de órgãos oficiais, geralmente sujeitos a interferências políticas. Devido a essas dificuldades e a outras restrições legais para a organização sindical, optou-se pela criação de associações civis, cuja legalização era mais fácil e o controle oficial era menor. Utilizando-se dessa estratégia, foi criada pelo PCB a primeira Liga Camponesa, na Fazenda Martins, no município de Uberlândia-MG (Loureiro, 1988, p. 51).

Em Goiás, as ligas camponesas foram fundadas no sul do Estado, no final dos anos 40, nas proximidades do Triângulo Mineiro, acompanhando o trajeto da estrada de ferro, onde predominava a agricultura comercial. Nessa região, a luta mais expressiva tinha como objetivo a "baixa do arrendo". A relação de trabalho predominante na região se baseava na parceria e no arrendamento, cuja renda cobrada pelo proprietário da terra era exorbitante, chegando a 50 e até a 70%, em muitos lugares. As ligas tinham um caráter legalista e os instrumentos de luta eram predominantemente jurídicos, baseando-se no Código Civil e no artigo 138 da Constituição de Goiás, que estabeleciam o limite de arrendamento em até 20%. Segundo Guimarães (1988, p. 47-9), outros objetivos das ligas desse período eram: a luta pela reforma agrária, vista como distribuição de terras junto às estradas e nas imediações das cidades, a luta pela aplicação da legislação trabalhista no campo e a luta pela obtenção de benefícios governamentais, como fornecimento de máquinas agrícolas, educação, saúde etc.

Mesmo se pautando pelo legalismo, as antigas ligas, então criadas, tiveram vida curta. Quando o PCB foi colocado novamente na ilegalidade, em 1947, a maioria delas desapareceu.

Mas, na década seguinte, ressurgiram em vários estados, com denominações oficiais diferentes: irmandade, união camponesa, associação rural, concentração etc.

Após o II Congresso Camponês, ocorrido em Goiânia, em 1952, várias conferências foram realizadas no interior do Estado. Foram fundadas, na época, a Associação Camponesa da Juventude de Ceres, União Camponesa de Itapaci, União Camponesa de Itumbiara e várias outras associações rurais.

A luta pela posse da terra ainda não era colocada entre os problemas fundamentais dos trabalhadores rurais. Somente a partir da eclosão dos conflitos pela terra no meio norte goiano, no início dos anos 50, é que a luta pela terra foi incorporada como bandeira da reforma agrária.

Um dos conflitos mais expressivos desse período foi a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso. Nessas duas localidades, que na época eram vilas pertencentes ao município de Uruaçu, existiam enormes áreas de terras devolutas, que foram, inicialmente, ocupadas por posseiros. Com a construção da estrada de rodagem Transbrasiliana, em 1948, essas terras foram valorizadas e atraíram o fluxo migratório de outros estados, principalmente de Minas Gerais. Logo os grileiros começaram a agir, dando origem a um conflito violento entre grileiros/fazendeiros e posseiros.

João Soares, que era um comerciante em Formoso, era também o representante dos grileiros e o chefe dos jagunços. Comandava a cobrança do arrendo, em nome dos grileiros, e promovia as pressões sobre os posseiros para que fizessem o contrato de arrendo por escrito ou assinassem a desistência do direito sobre a terra. Com a recusa dos posseiros, os grileiros passaram às tentativas de expulsão, com o auxílio de jagunços armados e de policiais da região, utilizando-se de diversas formas de violência. A situação se agravou quando José Porfírio, um dos principais líderes dos posseiros, foi à Goiânia para encontrar-se com o Procurador Geral da Justiça, que tentava anular a titulação obtida fraudulentamente pelos grileiros. Na au-

sência de Porfírio, sua residência foi invadida e sua roça foi queimada.

Em 1954, o PCB enviou para a região, a fim de ajudar na organização do movimento, os seguintes militantes: Geraldo Tibúrcio, Geraldo Marques, José Ribeiro e João Soares. Este último era conhecido apenas como Soares, para não ser confundido com o seu homônimo, representante dos grileiros. Nessa época foi fundada a Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Formoso e Trombas, de acordo com as orientações da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (Ultab), que eram de intensificar a criação de associações civis no meio rural, para posteriormente transformá-las em sindicatos. Nessa fase da luta, intensificaram-se os choques armados, quando os posseiros, usando táticas de guerrilha, enfrentaram e repeliaram os ataques dos jagunços e da Polícia Militar.

A Associação de Formoso e Trombas, criada pelos camponeses, sob a orientação do PCB, se organizou de acordo com as peculiaridades locais. Devido ao fato de os posseiros estarem localizados nas proximidades dos diversos córregos dispersos pela região, foram criados os "Conselhos de Córrego", que possuíam certa autonomia de decisão. A sede da Associação se localizava em Trombas, mas as decisões eram tomadas a partir das deliberações dos Conselhos, que eram os principais instrumentos de organização e direção do movimento. Além de servir para enfrentar as dificuldades de localização, extensão da área e dispersão dos posseiros, os Conselhos serviam ainda para o controle da entrada e saída de posseiros e para impedir a disputas de terras entre eles. Eram também núcleos de resistência e autodefesa diante dos ataques dos grileiros. Portanto, além de conseguir a resistência à expulsão da terra, a Associação funcionou também como organizadora das demandas da população local e como organismo político.

Mais tarde, a Associação e os Conselhos conseguiram a emancipação política de Formoso e elegeram um de seus líderes, José Porfírio de Souza, deputado estadual, pelo Partido So-

cialista Brasileiro (PSB) em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1962. Foi o deputado mais votado naquela eleição, em Goiás.

Além do movimento de Trombas e Formoso, ocorreram vários outros, no Estado de Goiás, neste período em que o capital, representado pelas empresas agropecuárias, implantando a propriedade jurídica da terra, se defrontou com a economia camponesa, baseada na posse da terra. Surgiram vários pontos de tensões sociais, em municípios como Amaro Leite, Porangatu, Gurupi, Jussara, Britânia, Novo Brasil, Goianésia, e outros (Duarte, 1997, p. 68).

Reorientação das lutas camponesas

Com a mudança nas orientações do PCB, em 1956, iniciou-se um processo de deterioração no relacionamento entre o partido e o movimento de Formoso e Trombas. Primeiro, foi com relação à utilização de armas no movimento. O PCB, com suas concepções legalistas, não via com bons olhos esse fato. Depois, o problema se agravou, quando o PCB percebeu que o movimento estava assumindo sua autonomia, ao não acatar todas as ordens vindas de cima. Esse fato fez com que o militante Geraldo Marques fosse expulso do partido. Mas a população, através do voto, optou pela permanência do militante comunista e decidiu que as ordens e o comando do movimento saíam apenas de quem estivesse incorporado à resistência (Carneiro, 1988, p. 157).

Em 1958, o PCB, em consonância com as orientações externas, definiu nova linha política. Propôs a constituição de uma frente ampla "antiimperialista" e "antifeudal", envolvendo a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia, a burguesia e os setores latifundiários explorados pelo capital, para promover a democracia de forma pacífica e legal.

As resoluções da I Conferência da Ultab, em 1959, também apontavam para propostas mais moderadas, com relação à

realização da reforma agrária. Sugeriam aos estados e municípios o levantamento de suas terras e a retomada das terras griladas para que fossem loteadas aos camponeses. As propostas se canalizaram mais para a assistência jurídica, técnica, financeira, educacional e para a defesa dos direitos dos assalariados. A questão da luta pela terra ficou relegada a um plano inferior, subordinada à proposta de sindicalismo rural. Essa postura do PCB, a favor de uma reforma agrária dentro da legalidade, fez com que José Porfírio também rompesse com o PCB, em 1964. A posição de Porfírio era de que todas as terras não aproveitadas economicamente deveriam ser ocupadas pelos camponeses e não só as terras desapropriadas às margens de rodovias e ferrovias.

Em Goiás, o início dos anos 60 coincide com a ascensão do populismo de Mauro Borges, cujo plano de governo incluía a bandeira da reforma agrária, através de uma política de povoamento das terras devolutas do norte do Estado, com colônias sob a direção do Estado. Porém, para não descontentar a burguesia e os latifundiários, sua proposta de reforma agrária se restringia à formação de colônia dentro de uma perspectiva cristã e democrática, sem atacar a propriedade privada (Guimarães, 1988, p. 98). Foi o caso, por exemplo, do Combinado Agro-Urbano de Arraias, no norte de Goiás, "distribuindo terras e organizando cooperativas como forma de suavização de tensões geradas em torno da questão da posse da terra" (Loureiro, 1980, p. 40).

O governo Mauro Borges também se preocupou com a sindicalização do trabalhador rural, criando vários núcleos de apoio ao sindicalismo, como a Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setas) e o Conselho Regional da Superintendência do Plano de Reforma Agrária (Supra). Com isso, os trabalhadores do campo eram mais facilmente cooptados e suas lutas eram tuteladas pelo Estado.

A ação do Estado, em Goiás, procurava incrementar uma política de colonização baseada nas experiências dos *kibutzin*

israelenses, com a finalidade de aumentar a produtividade agrícola dentro de um projeto de modernização capitalista da agricultura e, com isso, aliviar as tensões sociais no campo. Mesmo a experiência de reforma agrária feita pela Arquidiocese de Goiânia, na Fazenda Conceição, no município de Corumbá de Goiás, em 1959, foi elaborada com a participação de técnicos de órgãos governamentais, que também "buscavam 'soluções' de fora do nosso contexto nacional, no modelo dos Kibbutz (sic) israelitas" (Loureiro, 1980, p. 47-8). A ação governamental visava também incentivar o processo de sindicalismo, para disciplinar e controlar as expectativas dos trabalhadores rurais, no tocante à posse da terra.

Também a Igreja entrou nesta disputa, com o Estado e com o PCB, pelo sindicalismo rural no campo. Preocupada em proteger os trabalhadores contra o perigo do comunismo, foi criada em 1962 a Frente Agrária Goiana (Fago). Essa Frente propunha realizar estudos sobre a questão agrária, lutar pela legislação sobre as relações de trabalho no campo, realizar cursos para lideranças rurais e estimular a sindicalização. Porém, era composta basicamente por católicos leigos, ligados aos interesses dos grupos dominantes agrários. Por outro lado, também dentro da Igreja, o Movimento de Educação de Base (MEB) de Goiás criou o Setor de Sindicalismo Rural, ligado à Juventude Universitária Católica (JUC) e, posteriormente, à Ação Popular (AP). Esse setor adquiriu uma dinâmica própria e passou a trabalhar na criação de sindicatos de trabalhadores rurais, desenvolvendo um trabalho político dentro da metodologia do Movimento de Educação de Base (MEB), de respeito pelas aspirações e iniciativas dos grupos e comunidades.

Assim, principalmente em 1963, houve uma grande expansão do número de sindicatos criados em Goiás. Apesar de serem sindicatos criados em bases populistas, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Estado, essa sindicalização massiva causou preocupações aos latifundiários. Em muitas cidades os fazendeiros começaram a reagir contra a organização dos traba-

lhadores rurais. Em Piracanjuba, Nazário, Formosa, Campo Limpo, Formoso, Crixás, São Simão, os fazendeiros, armados, tentaram impedir a criação dos sindicatos, cometendo violências inclusive contra as autoridades governamentais.

Mesmo assim, a organização dos trabalhadores avançava. No final de 1963, durante o Congresso Camponês-Operário-Estudantil em Goiânia, foi criada a Federação dos Sindicatos de Produtores Autônomos do Estado de Goiás. Essa Federação realizou um Encontro de Sindicatos Camponeses, com a participação de 29 entidades sindicais e de representantes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), da Supra e da Setas. Entre as resoluções aprovadas, constava a seguinte: "Se, por outro lado, as assembléias de sindicatos e associações julgarem que existem condições para desencadear a invasão dos latifúndios, deverão levantar a palavra de ordem da invasão e se preparar para a luta" (O Popular, 13/02/64).

A estratégia de invasão de latifúndios improdutivos fazia parte das recomendações da Supra, com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional a aprovar o decreto de desapropriação de terras às margens de estradas e açudes, que estava tramitando naquela instituição. Porém, tornou mais conflituosa a situação entre proprietários de terra e trabalhadores.

Os proprietários rurais se mobilizaram, também, em torno de sindicatos e associações patronais, em defesa de argumentos como "direito da propriedade privada e ameaça de violação da democracia" (Guimarães, 1988, p.153). O principal órgão representativo patronal em Goiás foi a Sociedade Goiana de Agricultura e Pecuária. Os proprietários rurais articularam-se à burguesia em nível nacional e reforçaram a preparação do golpe militar, que já vinha sendo urdido, inclusive com orientações externas.

Com o golpe militar, as organizações de luta dos camponeses foram violentamente reprimidas. Mas, ficou uma semente que, tempos depois, começou a germinar, em forma de oposição sindical.

Reorganização das lutas camponesas

Em meados da década de 70, ressurgiu no Brasil uma série de movimentos populares que demonstravam o descontentamento da população com a política dos governos militares. Esses movimentos desencadearam fortes pressões sociais sobre a ditadura, que já estava em crise, e abriram caminho para a reorganização dos trabalhadores do campo e da cidade. Também o Movimento Sindical, que havia ficado por muitos anos alheio à luta dos trabalhadores, exercendo apenas funções burocráticas e assistencialistas, foi gradativamente ressurgindo. Ao longo dos anos 70, os trabalhadores foram acumulando experiências de organização e foram aos poucos articulando a oposição sindical. Até que, nos últimos anos daquela década, eclodiram as grandes greves nos centros industriais, inaugurando-se um novo sindicalismo.

No meio rural, o movimento também estava latente, principalmente nas regiões de fronteira, onde se desenvolvia uma silenciosa, mas dramática, luta entre os pequenos produtores, peões e índios, contra o avanço do capital. Os trabalhadores do campo não tinham canais de expressão e a censura à imprensa impedia que fossem divulgados os conflitos existentes no meio rural. A guerrilha do Araguaia, por exemplo, que envolveu um grande efetivo das forças armadas brasileiras, ficou por muitos anos quase que totalmente desconhecida da maioria da população do país. Mas, aos poucos, os camponeses foram se organizando e somando forças na luta pela resistência em suas posses e pela conquista de mais terra.

Diante da intensificação da violência e das pressões, tantos dos grileiros quanto das próprias autoridades, um número elevadíssimo de posseiros foi expulso das terras que ocupavam. Isso aconteceu principalmente na região do "Bico do Papagaio", no norte do então Estado de Goiás, onde muitos grupos econômicos se tornaram proprietários de terra. Porém muitos posseiros resistiram a esta investida do capital, apesar das condições

desvantajosas. Os posseiros estavam desprovidos de uma organização própria, como associações ou sindicatos. E não tinham a quem recorrer, pois o governo e as autoridades estavam do lado dos fazendeiros, empresários e especuladores. Desesperados com a pressão dos grileiros, só restava aos posseiros e pequenos lavradores pedir ajuda aos padres e missionários, ou "reclamar ao bispo".

Dessa forma, aos poucos a Igreja foi se envolvendo nas questões de terra, ao lado dos camponeses. Isso coincidiu com o período em que na Igreja prosperava a Teologia da Libertação, com a "opção preferencial pelos pobres". Foi dentro desse contexto que se criou a Comissão Pastoral da Terra, em 1975. Uma das principais preocupação da CPT foi contribuir para que os trabalhadores do campo se organizassem enquanto classe, frente às pressões do capital e à repressão do governo. Propunha não substituir as organizações dos trabalhadores, mas levar os trabalhadores cristãos para dentro do sindicato, que ela considerava como o lugar apropriado de atuação organizada.

A partir do apoio da Igreja, os posseiros puderam esboçar uma resistência na luta contra a expulsão, embora ainda em condições desiguais. Pelo menos, agora, puderam ser esclarecidos de seus direitos; passaram a ter um canal de comunicação para denunciar as injustiças e a violência a que estavam submetidos; passaram a ter uma assessoria jurídica para se defenderem dos ataques dos grileiros e para demandarem em ações de manutenção de posse.

Na década de 70, mesmo que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) tivesse estimulado a criação de sindicatos no meio rural em todo o Brasil, o movimento sindical de trabalhadores rurais ainda era pouco expressivo, em termos de combatividade. Prevalencia ainda o sindicalismo oficial.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), desde sua fundação, no início dos anos 70, tinha como presidente um fazendeiro, Antônio Bueno, que per-

maneceu no cargo até 1982. Esse proprietário de terras havia convertido a Federação em um posto de benefícios, apenas prestando assistência médica e dentária. A Fetaeg pouco se preocupava em promover uma formação sindical ou qualquer assistência jurídica que pudesse ajudar os sindicalistas na defesa dos interesses mais amplos dos associados. Dessa forma, os sindicatos, então criados, eram meramente assistencialistas. A luta pela terra era relegada a um segundo plano pelas entidades que deveriam representar os posseiros e os sem-terra.

Em muitos municípios do Estado, principalmente os que ficam na órbita de influência da Diocese de Goiás, dirigida a partir de 1968 por D. Tomás Balduino, a oposição foi crescendo. Chegou a assumir a direção de alguns sindicatos de trabalhadores rurais. No entanto, as dificuldades para tirar os sindicatos do controle do governo e promover mudanças no sindicalismo rural eram muitas. A Equipe da Terra, daquela Diocese, intensificou os questionamentos sobre o posicionamento desse "sindicalismo" e iniciou os trabalhos de conscientização dos trabalhadores, fermentando as idéias renovadoras.

Apesar desta estreita vinculação do trabalho pastoral com a oposição sindical, os trabalhadores procuraram manter sua própria autonomia. Dessa forma, em vários municípios foram se desenvolvendo lideranças locais, através do trabalho pastoral, que encontrou no sindicato um importante canal de luta. Não o sindicato assistencialista proposto pela diretoria da Federação da época.

E assim foi crescendo o movimento sindical em Goiás, visando a uma atuação política e ao enfrentamento dos problemas e reivindicações dos trabalhadores. Como reflexo das pressões da base sobre a cúpula da organização sindical, a crise do "sindicalismo oficial" no campo foi se evidenciando. Os trabalhadores decidiram priorizar as lutas coletivas e de cunho sindical, em vez do assistencialismo individual. Com o crescimento deste sindicalismo, dentro dessa nova visão, é que a oposição sindical conseguiu derrubar o fazendeiro Antônio Bueno da pre-

sidência da Fetaeg, em 1982. Depois de alguns anos sob a hegemonia política do PC do B, desde 1992, a Fetaeg tem sido dirigida por trabalhadores rurais com tendências políticas diversificadas, com influência da CPT, do Partido dos Trabalhadores (PT), do PC do B e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Hoje a Federação está estruturada em seis Secretarias, que desenvolvem um intenso trabalho de formação, de conscientização e de ações concretas, junto aos trabalhadores rurais, procurando atingir os objetivos das principais bandeiras de luta definidas pela instituição, através dos Congressos de trabalhadores rurais. Uma de suas principais bandeiras é a Reforma Agrária, que tem uma Secretaria atuando mais na organização das ocupações de terra, mobilizando o pessoal que está reivindicando terra para trabalhar. Atualmente, a Fetaeg tem concentrado mais seus esforços para a efetivação da Reforma Agrária, desenvolvendo ações concretas, principalmente através das ocupações de terra.

Dessa forma, observamos que as pressões das bases foram fundamentais para a transformação das próprias instituições que atuam na mediação da luta pela terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Entre as organizações dos trabalhadores rurais, outra entidade que tem atuado na luta pela terra em Goiás é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST já possui Secretaria no Estado de Goiás, desde 1986. Porém, sua atuação ainda está muito modesta, comparando-se com os trabalhos desenvolvidos nos Estados do Sul e do Sudeste.

Os próprios militantes do MST reconhecem as deficiências de sua atuação. Não há ainda um trabalho bem organizado de cadastramento de trabalhadores rurais sem terra na periferia das cidades e nem um acompanhamento sistemático nos assentamentos. O que está mais organizado é um trabalho de massa, feito de forma aleatória, de recrutamento de trabalha-

dores sem terra para efetuar ocupações de propriedades improdutivas. Mas, aos poucos, os trabalhos do MST vão se organizando melhor em Goiás.

O ponto forte da atuação do MST em Goiás tem se concentrado na realização de algumas ocupações e na organização de acampamentos. Porém, depois que o trabalhador conquista a terra, não tem havido um acompanhamento por parte do MST.

A tática utilizada para se organizar uma ocupação é primeiro fazer os contatos nas pequenas cidades que abrigam um grande número de trabalhadores de origem rural. Esse contato é feito inicialmente com alguma liderança sindical ou com dirigentes de associações de moradores. Essas lideranças, que já são conhecidas na cidade e que já sabem quem são as pessoas que poderiam ter interesse em voltar para a roça, fazem os convites para as reuniões com o pessoal do Movimento.

Mais recentemente, principalmente depois das repercussões dos massacres ocorridos em Corumbiara (1995) e em Eldorado dos Carajás (1996) e também após a "Marcha pela Reforma Agrária", em abril de 1996, o Movimento passou a ter mais credibilidade e a incrementar mais a organização de ocupações de propriedades improdutivas no Estado.

Muitas vezes, o relacionamento do MST com as outras instituições mediadoras na luta pela terra é tenso. Com a Igreja, com a CPT e com a CUT a situação ainda é mais contornável e geralmente prevalece a cooperação. Mesmo porque a Secretaria do MST em Goiás foi criada com a ajuda dessas instituições e grande parte dos militantes de todas elas tiveram uma origem comum: nasceram do trabalho da Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base. Desde a época da criação da Secretaria Estadual do MST, em 1986, por ocasião da luta dos ocupantes da Fazenda Mosquito, apoiados pela CPT e pela Diocese de Goiás, até recentemente, a CUT tem cedido espaço físico e toda a infra-estrutura necessária para o funcionamento do MST. A Igreja sempre tem colaborado com local para reuniões, contatos para recrutamento de pessoal, arrecadação de ali-

mentos etc. Com a Fetaeg o relacionamento tem sido mais frio. Apesar disso, depois da criação do Fórum Goiano pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, tem havido a participação conjunta e a colaboração dessas instituições.

Considerações finais

No período focado por este trabalho, que se limita de meados deste século até a atualidade, observamos que as lutas camponesas em Goiás passaram por algumas transformações. Antes os movimentos no campo eram orientados por ideologias estranhas ao meio rural. Era o Partido Comunista ou o Partido Socialista ou a Igreja ou o próprio Estado que procuravam cooptar o trabalhador do campo e dirigir ou controlar suas manifestações. Mesmo no caso da revolta de Trombas e Formoso, em que houve uma participação ativa dos camponeses na organização do movimento de resistência à expulsão e na criação de uma estrutura organizativa voltada aos seus interesses e baseada na realidade local, o direcionamento da luta foi traçado pelo PCB. Aos poucos, os camponeses foram assumindo o controle de sua luta, chegando a exercer o domínio político na localidade e a romper com as orientações do partido. Mas, a ditadura militar, implantada em 1964, acabou por dar o golpe de morte nas associações, ligas camponesas e no movimento de Trombas e Formoso.

Com a política agrária implantada pelos governos militares, as contradições no campo foram se agravando. Além da exclusão social e política e da exploração a que o camponês tradicionalmente estava submetido, intensificou-se, a partir dos anos 70, o processo de expropriação e de expulsão dos trabalhadores do campo. Estes, então, com base em seus elementos culturais e em suas experiências sociais, passaram a se organizar para resistir na terra. Neste processo organizativo, os camponeses procuraram apoio junto à Igreja, ao mesmo tempo que procuraram também criar ou recriar suas próprias organizações de luta. Houve, portanto, um renascimento político nas lutas

no campo, mas em novas bases. Os camponeses se posicionaram como atores ativos, como sujeitos coletivos de sua própria história.

Como a questão política no campo passa fundamentalmente pela questão da propriedade da terra, as lutas camponesas acentuaram as contradições entre a propriedade capitalista e as formas alternativas de propriedade, colocadas em prática pelos camponeses. Para o capital, o monopólio da terra constitui uma das bases para a dominação e exploração dos trabalhadores do campo. Por outro lado, para o camponês, a terra constitui um elemento fundamental para a sua sobrevivência e para a formação de sua identidade como cidadão. Por isso, a luta pela terra evoluiu da resistência na posse para a ocupação de terras, visando à transformação da estrutura fundiária concentrada, que ainda prevalece no país. Dessa forma, mesmo a população camponesa que já foi expropriada de suas terras e expulsa para as cidades ou para outras regiões, mas que ainda manteve vivos muitos de seus valores culturais, organizou-se para o retorno à terra. Através das ocupações, organizadas coletivamente, esses camponeses procuraram retornar à terra e resgatar o sentido de coletividade e de solidariedade, que é próprio de sua cultura.

Através de suas próprias organizações e de sua cultura, os camponeses puderam dar a resposta das vítimas da expansão capitalista no campo. Quando os ocupantes de propriedades improdutivas se organizam e enfrentam as classes dominantes, estão trilhando o caminho oposto da dominação. Estão questionando o direito de propriedade e até mesmo as relações de poder vigentes. Estão causando um impacto sobre a própria sociedade capitalista.

Portanto, podemos afirmar que o movimento dos trabalhadores do campo em Goiás evoluiu politicamente. Não mais se luta apenas pela resistência na posse da terra, não se exige apenas a reforma agrária, mas também transformações sociais mais amplas.

ABSTRACT

DUARTE, Élio Garcia. The land workers movement in Goiás, *Temporis(Ação)*, Goiás, v.1, n.4, jan./dez. 2000.

The study starts from the assurance of the existence, nowadays, of a hard struggle of the landless peasants for their return to the land. It makes a retrospective of the land workers organization in Goiás, which grows together with the capitalism advances in the land. In the same way, it returns to the 50's, when Vargas' politician expanded the struggles for the land in Goiás, leading to the genesis of the land workers organization, through the Peasants' Unions. It also analyses the reorganization of these workers after the disconnection caused by the political changes in 1964. It shows that the organization forms are not restricted to the official syndicalism and that its struggles grew in a political way, demanding not only the land reform, but also wider social improvements.

BIBLIOGRAFIA

- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: CEGAF/UFG, 1988.
- CPT. *Conflitos no Campo – Brasil 1995*.
- CPT. *Conflitos no Campo – Brasil 1998*.
- DUARTE, Élio Garcia. Da luta pela terra à luta pela reforma agrária em Goiás. *História: fronteiras*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, p. 609-621, 1999.
- . Movimentos de resistência camponesa organizados no Brasil. *Fragments de Cultura*, Goiânia, IFITEG (Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás), n. 28, p. 49-70, 1997.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1988.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Brasil, anos 60: igreja e reforma agrária. *Cadernos do CEAS*, Salvador, CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), n. 66, p. 39-50, mar./abr. 1980
- LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1988.
- O POPULAR, Goiânia, 13 fev. 1964.